

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Mensagem da Administração

Evolução estratégica e disciplina de execução

O ano de 2025 representou mais um período de evolução consistente para a Desktop, marcado pelo fortalecimento de sua disciplina operacional e financeira. Ao longo do período, a Companhia avançou em iniciativas voltadas à otimização da estrutura de custos e ao aprimoramento da execução operacional, ao mesmo tempo em que manteve a expansão sustentável de sua base de clientes e a entrega pontual e assertiva de projetos de infraestrutura de rede em determinadas praças.

A Desktop encerrou o ano com 1.208 mil assinantes, crescimento de 7% em relação a 2024, e 4,8 milhões de casas passadas, expansão de 8% no mesmo período.

Avanços comerciais significativos

Diante do cenário macroeconômico mais adverso, visando a melhor alocação de capital, no quarto trimestre de 2025, a Desktop optou por dimensionar de forma mais criteriosa o ritmo de entrada de novos clientes, reforçando o foco na sustentabilidade financeira. A Companhia avançou de forma relevante na digitalização de suas vendas, com os canais digitais atingindo participação recorde no trimestre. Historicamente, as vendas realizadas no ambiente digital apresentam melhor perfil de cliente e menor incidência de inadimplência, contribuindo diretamente para uma base de assinantes mais saudável e maior eficiência na geração de caixa.

Com a evolução da plataforma comercial e maior sofisticação dos canais de aquisição, a Desktop atingiu um elevado nível de maturidade em que é possível modular o ritmo de crescimento de forma estratégica, podendo acelerar o volume de vendas e expansão da base sempre que julgar adequado, preservando a disciplina na alocação de capital.

Evolução de resultados e expansão de rentabilidade

Os avanços implementados ao longo do ano também se refletiram na evolução dos resultados financeiros da Companhia. No 4T25, a Desktop registrou uma Receita Líquida de R\$ 316 milhões, crescimento de 8% na comparação anual, enquanto no acumulado de 2025 a Receita Líquida totalizou R\$ 1,22 bilhão, também representando expansão de 8% em relação ao ano de 2024.

A evolução da rentabilidade foi ainda mais significativa. No trimestre, o EBITDA Ajustado atingiu R\$ 182 milhões, crescimento de 21% em relação ao 4T24, enquanto no acumulado do ano, o EBITDA Ajustado totalizou R\$ 654 milhões, crescimento de 13% em relação a 2024, com margem de 54%, avanço de 2,3 p.p. na comparação anual.

O Lucro Líquido Ajustado atingiu R\$ 42 milhões no trimestre e R\$ 154 milhões no acumulado de 2025, com margem líquida ajustada de 13%. O desempenho anual foi impactado principalmente pelo maior nível de despesas financeiras e pelo aumento das despesas de depreciação e amortização decorrentes dos investimentos realizados nos últimos anos, parcialmente compensados pelos ganhos de eficiência operacional capturados ao longo do período.

A evolução da rentabilidade ao longo do ano também se refletiu de forma relevante na geração de caixa da Companhia. No 4T25, o FCO Ajustado alcançou R\$ 181 milhões, crescimento de 11% em relação ao 3T25 e de 29% na comparação anual, enquanto o CAPEX Ajustado totalizou R\$ 82 milhões, queda de 6% frente ao trimestre anterior e de 40% em relação ao 4T24, representando 26% da Receita Líquida. Como resultado, o indicador FCO + CAPEX Ajustado somou R\$ 99 milhões no trimestre, avanço de 32% sobre o 3T25, evidenciando uma melhora consistente na conversão operacional em caixa. No acumulado de 2025, a geração de caixa atingiu R\$ 210 milhões, crescimento de 140% em relação a 2024, reforçando a capacidade da Companhia de transformar ganhos de eficiência e disciplina de investimentos em uma estrutura financeira cada vez mais sólida.

De forma geral, a evolução observada reflete o conjunto de iniciativas voltadas à eficiência operacional, revisão de contratos com fornecedores, otimização da estrutura organizacional e maior disciplina na gestão de despesas.

Gestão de Passivos

Durante 2025, a Desktop também avançou em sua estratégia de gestão ativa de passivos, aproveitando janelas favoráveis de mercado para otimizar o perfil de seu endividamento. As operações realizadas ao longo do período contribuíram para o alongamento do prazo médio das obrigações financeiras e para a redução do custo médio da dívida bancária, reforçando a solidez da estrutura de capital da Companhia. Encerramos 2025 confiantes na consistência de nossa estratégia e na capacidade da Desktop de continuar evoluindo a sua eficiência operacional e geração de caixa. Seguiremos comprometidos com a entrega da melhor experiência de conectividade e com a consolidação da Companhia como uma das principais plataformas de fibra óptica do Brasil.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	13	355.473	221.963	464.637	290.953
Aplicações financeiras	14	15.483	92.565	15.509	92.591
Contas a receber de clientes	4	108.715	105.954	158.274	162.619
Outras contas a receber de partes relacionadas	22.b	4.178	5.117	-	-
Tributos a recuperar	5	52.098	50.732	60.949	60.884
Imposto de renda e contribuição social	23.a	70	1.423	85	1.438
Despesas antecipadas	12	44.115	30.858	47.657	34.759
Outros valores a receber		9.681	3.608	20.211	8.283
Total do ativo circulante		589.813	512.220	767.322	651.527
Não circulante					
Tributos a recuperar	5	49.038	37.964	53.521	39.804
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.b	54.110	62.510	55.164	65.199
Despesas antecipadas	12	67.334	47.345	70.340	50.396
Outros valores a receber		1.965	2.002	10.767	9.395
Total do realizável a longo prazo		172.447	149.821	189.792	164.794
Investimentos	6.a.i	1.036.503	1.003.404	-	-
Imobilizado	7	1.411.427	1.212.682	1.827.120	1.643.187
Direito de uso	9.a.i	74.828	49.195	85.673	64.996
Intangível	8	100.237	90.171	988.445	986.408
		2.622.995	2.355.452	2.901.238	2.694.591
Total do ativo não circulante		2.795.442	2.505.273	3.091.030	2.859.385
Total do ativo		3.385.255	3.017.493	3.858.352	3.510.912
		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo e Patrimônio Líquido					
Circulante					
Fornecedores	15	95.054	103.481	116.580	123.483
Empréstimos e debêntures	16.a	59.011	9.724	59.011	10.321
Instrumentos financeiros derivativos	16.e	796	-	796	-
Contas a pagar por aquisição de empresas	10	58.037	35.067	179.373	135.614
Contas a pagar para partes relacionadas	22.b	-	-	25.291	22.068
Passivo de arrendamento	9.b	32.944	22.839	39.425	31.345
Obrigações trabalhistas e sociais	11	48.168	45.065	60.939	59.174
Tributos a recolher	5	25.547	23.308	33.993	35.015
Imposto de renda e contribuição social	23.a	4.787	-	6.095	1.300
Dividendos a pagar		17.005	4.293	17.209	4.409
Outros valores a pagar		5.735	1.578	7.416	2.876
Total do passivo circulante		347.084	245.355	546.128	425.605
Não circulante					
Fornecedores	15	874	-	999	-
Empréstimos e debêntures	16.a	1.567.252	1.337.018	1.567.252	1.337.018
Contas a pagar por aquisição de empresas	10	246	50.121	69.820	174.075
Contas a pagar para partes relacionadas	22.b	-	-	90.270	88.667
Instrumentos financeiros derivativos	16.c	8.529	-	8.529	-
Passivo de arrendamento	9.b	46.190	30.545	51.860	39.668
Tributos a recolher	5	1.583	2.025	2.152	3.112
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.b	-	-	71.666	64.045
Provisão para contingências	21.a	4.989	3.273	11.125	8.724
Outros valores a pagar		520	912	520	912
Total do passivo não circulante		1.630.183	1.423.894	1.874.193	1.716.221
Total do passivo		1.977.267	1.669.249	2.420.321	2.141.826
		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Patrimônio líquido					
Capital social	17	958.289	955.700	958.289	955.700
Reserva de capital		62.603	64.404	62.603	64.404
Reserva de lucros		387.269	329.820	387.269	329.820
Ações em tesouraria		(173)	(1.680)	(173)	(1.680)
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia		1.407.988	1.348.244	1.407.988	1.348.244
Participação de acionistas não controladores		-	-	30.043	20.842
Total do patrimônio líquido		1.407.988	1.348.244	1.438.031	1.369.086
Total do passivo e patrimônio líquido		3.385.255	3.017.493	3.858.352	3.510.912

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Capital Social	Ações em tesouraria	Reserva de capital		Capital	Legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
				Reserva especial de ágio	Capital Outorga de ações							
Saldos em 31 de dezembro de 2024		955.700	(1.680)	11.137	3.025	50.242	14.631	315.189	-	1.348.244	20.842	1.369.086
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	71.484	71.484	9.289	80.773
Aumento de capital social	17.a	2.589	-	-	-	-	-	-	-	2.589	-	2.589
Custos com emissão de ações		-	-	-	406	-	-	-	-	406	-	406
Exercício de opção de ações		-	-	-	(1.790)	-	-	2.942	-	1.152	-	1.152
Valor justo Plano <i>matching</i>		-	-	-	-	207	-	-	-	207	-	207
Ações outorgadas Plano <i>matching</i>	17.b	-	883	-	-	-	-	-	-	883	-	883
Ágio (Deságio) na alienação de ações	17.b	-	624	-	-	(624)	-	-	-	-	-	-
Destinações:												
Reserva legal	17.f	-	-	-	-	-	3.574	-	(3.574)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17.g	-	-	-	-	-	-	-	(16.977)	(16.977)	(88)	(17.065)
Reserva de lucros	17.h	-	-	-	-	-	-	50.933	(50.933)	-	-	-
Saldos em 31 dezembro de 2025		958.289	(173)	11.137	1.641	49.825	18.205	369.064	-	1.407.988	30.043	1.438.031
Saldos em 31 de dezembro de 2023		953.169	(316)	35.578	2.854	50.050	10.147	232.112	-	1.283.594	10.540	1.294.134
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	89.673	89.673	10.401	100.074
Aumento de capital social	17.a	2.531	-	-	-	-	-	-	-	2.531	-	2.531
Custos com emissão de ações		-	-	-	2.318	-	-	-	-	2.318	-	2.318
Exercício de opção de ações		-	-	-	(2.147)	-	-	2.147	-	-	-	-
Ágio em transações de capital	17.f	-	-	(24.441)	-	-	-	-	-	(24.441)	-	(24.441)
Valor justo Plano <i>matching</i>		-	-	-	-	154	-	-	-	154	-	154
Aquisições de ações próprias	17.b	-	(1.681)	-	-	-	-	-	-	(1.681)	-	(1.681)
Ações outorgadas Plano <i>matching</i>	17.b	-	355	-	-	-	-	-	-	355	-	355
Ágio (Deságio) na alienação de ações	17.b	-	(38)	-	-	38	-	-	-	-	-	-
Destinações:												
Reserva legal	17.f	-	-	-	-	-	4.484	-	(4.484)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17.g	-	-	-	-	-	-	-	(4.259)	(4.259)	(99)	(4.358)
Reserva de lucros	17.h	-	-	-	-	-	-	80.930	(80.930)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		955.700	(1.680)	11.137	3.025	50.242	14.631	315.189	-	1.348.244	20.842	1.369.086

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agradecemos a confiança de nossos clientes, colaboradores, parceiros e acionistas.

EBITDA Ajustado

R\$ Mil	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Lucro Líquido	23.936	24.471	-2%	80.773	100.074	-19%
Resultado Financeiro	(69.153)	(65.640)	5%	(258.244)	(197.405)	31%
IR/CS	(17.826)	757	NM	(43.147)	(60.735)	-29%
Depreciação e Amortização	(70.152)	(59.121)	19%	(262.152)	(214.980)	22%
EBITDA¹	181.067	148.475	22%	644.316	573.194	12%
Margem EBITDA (%)	57%	51%	6 p.p.	53%	51%	2 p.p.
Despesas Não-Recorrentes e/ou Não-Operacionais	(1.381)	(1.765)	-22%	(9.230)	(5.594)	65%
Despesas de M&As/Não recorrentes	(710)	(1.588)	-55%	(7.446)	(3.121)	139%
Stock Option Plan	(671)	(177)	279%	(1.784)	(2.473)	-28%
EBITDA Ajustado²	182.448	150.240	21%	653.546	578.788	13%
Margem EBITDA Ajustada (%)	58%	51%	6 p.p.	54%	51%	2 p.p.

1- EBITDA calculado conforme Resolução CVM nº 156/2022 (=a partir da soma do lucro líquido, impostos, resultado financeiro e depreciação);

2- EBITDA Ajustado para excluir itens não-recorrentes que não devem ser considerados no cálculo de geração corrente de caixa operacional.

Lucro Líquido Ajustado

R\$ Mil	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Lucro Líquido	23.936	24.471	-2%	80.773	100.074	-19%
Margem Líquida (%)	8%	8%	-1 p.p.	7%	9%	-2 p.p.
Despesas Não-Recorrentes e/ou Não-Operacionais	(18.553)	(29.640)	-37%	(73.231)	(98.716)	-26%
Despesas de M&A/Não-Recorrentes²	(469)	(1.048)	-55%	(4.914)	(2.060)	139%
Stock Option Plan²	(443)	(1.17)	279%	(1.177)	(1.632)	-28%
Amortização de mais-valia²	(5.326)	(5.310)	0%	(21.303)	(22.460)	-5%
Taxas de pré-pagamento de debêntures²	(1.653)	(8.033)	-79%	(3.190)	(8.033)	-60%
IR e CS diferidos (ágio gerado por operações de M&A)³	(10.662)	(15.132)	-30%	(42.647)	(64.531)	-34%
Lucro Líquido Ajustado¹	42.489	54.111	-21%	154.004	198.790	-23%
Margem Líquida Ajustada (%)	13%	19%	-5 p.p.	13%	18%	-5 p.p.

1- Exclui itens não-recorrentes ou sem efeito caixa, que não devem ser considerados no cálculo de geração corrente de lucros;

2- Montantes líquidos de impostos a uma alíquota de 34%;</

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		85.530	78.539	123.920	160.809
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social					
Ajustes para:					
Depreciação e amortização	7 e 8	152.666	122.853	184.768	150.114
Baixas de imobilizado e intangível	7 e 8	2.497	1.363	2.922	1.664
Amortização de direito de uso	9.a.i e ii	11.132	17.529	21.604	30.835
Baixas de direito de uso	9.a.i e ii	2.679	1.523	3.205	2.021
Baixa de passivo de arrendamento	9.b.ii	(2.980)	(1.655)	(3.607)	(2.210)
Amortização de mais-valia	6,7 e 8	5.416	7.169	32.278	34.031
Encargos sobre empréstimos, debêntures e arrendamentos	9.b.ii e 16	229.320	196.461	231.594	201.431
Amortização de custo de transação sobre empréstimos e debêntures	16	13.038	7.147	13.038	7.147
Instrumentos financeiros derivativos	16.e	9.325	-	9.325	-
Juros sobre aplicações financeiras	14	(4.580)	(21.645)	(4.580)	(21.645)
Juros sobre mútuo e contas a pagar para partes relacionadas	22.b	-	-	14.596	10.221
Encargos sobre contas a pagar por aquisição de empresas	10	9.054	4.916	39.672	30.009
Atualização financeira sobre contingências	21.a	210	-	334	-
Reversão de provisão para contingências	21.a	4.761	2.121	5.831	2.719
Perda (Ganho) por redução ao valor recuperável de contas a receber	4	1.018	(3.889)	(355)	(6.005)
Baixa efetiva de títulos contas a receber		23.612	22.038	38.093	37.610
Resultado de equivalência patrimonial	6.d	(38.515)	(78.015)	-	-
Resultado de operações com sócios não controladores		-	(219)	(351)	(6.532)
Plano de opção de ações		1.765	2.472	1.765	2.472
		505.948	358.708	714.052	634.691
Variações em ativos e passivos:					
Contas a receber de clientes		(27.391)	(41.126)	(33.393)	(81.685)
Tributos a recuperar		(10.659)	(5.583)	(11.939)	(6.339)
Depósitos judiciais		(1.184)	379	(1.490)	325
Despesas antecipadas		(33.246)	(26.225)	(32.842)	(27.720)
Outras contas a receber de partes relacionadas		939	12.587	-	-
Outros valores a receber		(6.681)	2.387	(13.134)	(6.602)
Fornecedores		(36.900)	(8.580)	(41.547)	(16.645)
Obrigações trabalhistas e sociais		3.103	9.356	1.765	11.254
Tributos a recolher		1.797	(512)	(1.982)	1.204
Outros valores a pagar		3.765	157	4.148	268
		399.491	301.548	583.638	508.751
Caixa líquido gerado pelas operações					
Imposto de renda e contribuição social pagos		(929)	(1.928)	(17.156)	(17.307)
Pagamento de contingências	21.a	(1.425)	(1.191)	(2.440)	(2.662)
Juros pagos	16.a	(171.339)	(199.726)	(171.363)	(199.972)
		225.798	98.703	392.679	288.810
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais					
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de aplicações financeiras	14	(15.338)	(514.607)	(15.338)	(514.607)
Resgates líquidos de aplicações financeiras	14	97.000	527.131	97.000	527.204
Adiantamento para futuro aumento de capital	6.d	-	(33.193)	-	-
Aquisição de imobilizado e intangível		(334.627)	(285.794)	(373.904)	(356.271)
		(252.965)	(306.463)	(292.242)	(343.674)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e debêntures	16.a	1.251.665	1.000.000	1.251.665	1.000.000
Amortização de empréstimos e debêntures	16.a	(975.234)	(795.463)	(975.830)	(799.116)
Custo de transação sobre empréstimos e debêntures	16.a	(35.415)	(18.602)	(35.415)	(18.602)
Aumento de capital social	17.a	2.589	2.531	2.589	2.531
Ações em tesouraria	17.b	-	(1.681)	-	(1.681)
Ações outorgadas plano <i>matching</i>	17.b	883	355	883	355
Dividendos pagos	17.g	(4.266)	(5.273)	(4.266)	(5.274)
Pagamento de passivo de arrendamento	9.b.ii	(43.586)	(25.018)	(56.791)	(39.810)
Pagamento de parcelas diferidas referente a aquisição de controladas	10.ii e 22.b	(35.959)	(28.358)	(109.587)	(122.241)
		160.677	128.491	73.248	16.162
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento					
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		221.963	301.232	290.953	329.655
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		355.473	221.963	464.637	290.953
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		133.510	(79.269)	173.684	(38.702)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas					
Receita bruta de serviços	18	958.335	794.894	1.395.932	1.310.308
Reversão (Constituição) de perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber	5	(1.018)	3.889	355	6.005
Outras receitas		16.407	9.558	19.710	13.352
		973.724	808.341	1.415.997	1.329.665
Insumos adquiridos de terceiros (incluindo os valores dos impostos)					
Custo dos serviços prestados		(99.466)	(59.285)	(115.126)	(77.954)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais		(164.877)	(132.387)	(210.214)	(177.754)
		709.381	616.669	1.090.657	1.073.957
Retenções					
Depreciação e amortização	7, 8 e 9.a.i	(169.214)	(147.551)	(238.650)	(214.980)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		540.167	469.118	852.007	858.977
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado da equivalência patrimonial	6.d	38.515	78.015	-	-
Receitas financeiras		43.224	56.375	55.651	62.023
		621.906	603.508	907.658	921.000
Valor total adicionado distribuído					
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal	19	133.787	121.244	242.070	231.529
Remuneração direta		81.766	71.674	171.164	161.016
Benefícios		18.443	16.623	27.359	27.567
FGTS		7.503	7.296	10.429	9.980
Outras		26.075	25.651	33.118	32.966
Tributos		130.324	98.456	214.487	237.518
Federais		36.904	14.766	78.131	100.435
Estaduais		93.011	83.332	135.730	136.224
Municipais		409	358	626	859
Remuneração de capitais de terceiros		286.311	294.135	370.328	351.879
Juros	20	215.276	203.035	260.783	229.939
Aluguéis		29.557	68.100	59.330	95.899
Outras despesas financeiras		41.478	23.000	50.215	26.041
Remuneração de capitais próprios		71.484	89.673	80.773	100.074
Lucros retidos		71.484	89.673	71.484	89.673
Participação dos não controladores nos lucros retidos		-	-	9.289	10.401
		621.906	603.508	907.658	921.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Desktop S.A. ("Companhia" ou "Desktop"), é uma sociedade por ações, com sede na cidade de Nova Odessa, São Paulo na Avenida Américo Gazzetta, nº 1.421, Engenho Novo. A Companhia tem como acionista controlador a Makalu Brasil Partners I J-Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior ("Makalu Brasil Partners I J"). A Companhia, em conjunto com suas controladas diretas e indiretas, definidas em conjunto como ("Grupo"), tem como principais atividades: Operar no segmento de telecomunicação, cujas operações, abrangem a prestação de serviços de telefonia fixa, internet banda larga e televisão por assinatura, sendo todos estes negócios regulamentados pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). A Desktop é registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e tem suas ações negociadas na B3 S.A.—Brasil, Bolsa, Balcão ("DESK3").

2. Base de preparação

Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro, a *International Financial Reporting Standards* (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 17 de março de 2026. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **a. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **b. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **(i) Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídos nas seguintes notas explicativas: • Aquisição de controladas: Valor justo da consideração transferida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, mensurados em base provisória; • Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: Principais premissas em relação aos valores recuperáveis (nota explicativa nº 8); • Reconhecimento e mensuração de provisões para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº 21); e • Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda (nota explicativa nº 4). **(ii) Julgamentos:** As informações sobre julgamentos em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Reconhecimento e mensuração de perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 4): A provisão para perda esperada para crédito de liquidação duvidosa foi reconhecida como redução das contas a receber com base em análise da natureza das contas a receber envolvidas, considerando a antiguidade dos valores a receber, cenário econômico e riscos envolvidos em cada situação cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas e principalmente a inadimplência esperada; • Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (notas explicativas nº 7, 8 e 9): Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda ou o seu valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação; e • Provisões para contingências (nota explicativa nº 21): O Grupo reconhece provisão para causas trabalhistas, cíveis e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3. Políticas contábeis materiais

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **a. Bases de consolidação: (i) Combinações de negócios:** Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para o Grupo. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, o Grupo avalia se o conjunto de ativos e

atividades adquiridos inclui, no mínimo, um *input* e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar *output*. O Grupo tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. Qualquer contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações preexistentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício. **(ii) Controladas:** O Grupo controla uma entidade quando está exposto aos retornos e variações, ou tem direito sobre a entidade, envolvimento e tem a habilidade de afetar exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **(iii) Participação de acionistas não-controladores:** O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. **(iv) Perda de controle:** Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. **(v) Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. A seguir é apresentada a base de consolidação da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Investimentos	% de Participação			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Desktop Internet Ltda.	100%	-	100%	-
Cilnet Comunicação e Informática S.A.	-	70%	-	70%

b. Conversão de moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

c. Benefícios a empregados: Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

d. Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras e despesas financeiras do Grupo compreendem em: Juros ativos e passivos, variações cambiais passivas, descontos obtidos e concedidos, multas e juros sobre impostos, rendimentos sobre aplicações financeiras, rendimentos sobre mútuo partes relacionadas, juros sobre empréstimos e debêntures, juros sobre mútuo partes relacionadas. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

e. Tributos: (i) Tributos sobre venda: As receitas de serviços estão sujeitas à tributação pelo ICMS às alíquotas vigentes em cada região de sua atuação e diretrizes à tributação pelo PIS e COFINS nas modalidades cumulativa e não cumulativa, às alíquotas de 0,65%, 3,00% e 1,65%, 7,60% respectivamente. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Esses tributos são apresentados como deduções das receitas de vendas e serviços na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos serviços prestados na demonstração do resultado.

(ii) Tributos sobre o lucro: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O Grupo determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, foram contabilizados de acordo com o CPC 25 / IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

(iii) Imposto de renda e contribuição social corrente: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(iv) Imposto de renda e contribuição social diferido: Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimento sob controle conjunto, na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

f. Imobilizado: • Reconhecimento e mensuração: Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção. Os ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, o Grupo reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

• Baixas: Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

• Depreciação: A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, sendo reconhecida no resultado. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no exercício ou método de depreciação conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e, ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão descritas na nota explicativa nº 7.

g. Ativos intangíveis e ágio: • Reconhecimento e mensuração: (i) Ágio: O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Carteira de clientes: O valor justo dos ativos intangíveis identificáveis adquiridos refere-se ao valor justo da carteira de clientes, estimado com base na observação da recorrência de transações dos últimos três anos. Nessa avaliação, são consideradas as taxas de mortalidade (*churn rate*), e taxa de desconto nominal, para determinar a vida útil econômica estimada para esse ativo.

(iii) Outros ativos intangíveis: Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

• Gastos subsequentes: Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

• Amortização: A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado. As vidas úteis estimadas estão descritas na nota explicativa nº 8. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

h. Instrumentos financeiros: • Classificação: A Companhia mensura seus ativos financeiros ou passivos financeiros inicialmente ao valor justo acrescido, para um item não mensurado ao valor justo, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

• Classificação e mensuração subsequente: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado, não sendo reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, exceto em caso de mudanças no modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros. As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se for mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais sejam, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento também é reconhecido no resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos. Neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia desconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no “resultado financeiro”.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo ou grupo de ativos financeiros.

• Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reconhecido no balanço patrimonial quando há um direito legalmente executável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

i. Redução ao valor recuperável (impairment): • Ativos financeiros não-derivativos: (i) Instrumentos financeiros e ativos contratuais: A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos contratuais. O Grupo também reconheceu provisões para perdas esperadas de crédito sobre recebíveis de arrendamento que são divulgados como parte do contas a receber e outros recebíveis. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: • O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias; e • Existir um indicativo objetivo que o crédito não será recuperado antes dos 180 dias.

(ii) Custo de obtenção de contratos – comissões sobre vendas: O Grupo efetua pagamentos de comissões sobre vendas a parceiros comerciais para a qual realiza o diferimento de tais comissões pelo prazo médio de giro da carteira de clientes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e de 3,7 anos. **(iii) Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa, ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

(iv) Ativos financeiros com problemas de recuperação: Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do devedor; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias; • Reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais; • Probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento do mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

(v) Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial: A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

(vi) Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia mantém instrumento financeiro derivativo (*Hedge*) que protege a sua exposição ao risco referente a **7ª** emissão de debênture, relacionada a taxa de juros na data base dessas demonstrações, conforme informado na nota explicativa nº 16.c.

(vii) Baixa: O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, o Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não aplica nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, o

vos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos. • **Ativos não financeiros:** Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **j. Capital Social: • Ações ordinárias:** Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizados conforme o CPC 32/IAS 12. • **Recupera e reemissão de ações (ações em tesouraria):** Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultante da transação é apresentado como reserva de capital. **k. Provisões:** Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, o Grupo teve uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **l. Arrendamentos:** No início de um contrato, O Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um determinado tempo em troca de contraprestação. No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. • **Direito de uso e passivo de arrendamento:** O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente a condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluem na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: a. Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; b. Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; c. Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e d. O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. • **Arrendamentos de ativos de baixo valor:** O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **m. Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. A mensuração do valor justo destina-se a um ativo ou passivo em particular. Portanto, ao mensurar o valor justo, o Grupo leva em consideração as características do ativo ou passivo se os participantes do mercado, ao precificar o ativo ou o passivo na data de mensuração, levarem essas características em consideração. Essas características incluem, por exemplo: (i) a condição e a localização do ativo; e (ii) restrições, se houver, para a venda ou o uso do ativo. O efeito sobre a mensuração resultante de uma característica específica pode diferir dependendo de como essa característica é levada em consideração pelos participantes do mercado. O ativo ou o passivo mensurado ao valor justo pode ser qualquer um dos seguintes: (i) um ativo ou passivo individual (por exemplo, um instrumento financeiro ou um ativo não financeiro); ou (ii) um grupo de ativos, grupo de passivos ou grupo de ativos e passivos (por exemplo, uma unidade geradora de caixa ou um negócio). Todos os ativos e passivos financeiros para os quais o valor justo é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são categorizados dentro da hierarquia do valor justo, como segue, com base na entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos/passivos idênticos. • Nível 2 – Dados observáveis direta ou indiretamente, exceto os do Nível 1. • Nível 3 – Dados não observáveis (premissas próprias da entidade) quando não há dados de mercado. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação—ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. Os valores de mercado são calculados em momento específico, com base em informações relevantes de mercado e informações sobre instrumentos financeiros. As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas. **n. Receita de informação com cliente:** O Grupo oferece pacotes comerciais que combinam o fornecimento de serviços substancialmente de internet, que contemplam também serviços de dados, telefonia fixa e TV por assinatura, bem como os respectivos equipamentos necessários para seu pleno funcionamento. O reconhecimento das receitas se distribui entre os elementos que compõe cada um dos serviços citados. Os pacotes comerciais são compostos pelos serviços de instalação, operação, transmissão de voz, textos, dados, imagens, TV por assinatura, além do fornecimento de circuitos e compartilhamento de infraestrutura. As receitas de serviço são compostas principalmente pelas assinaturas, utilização dos serviços e utilização da rede. O Grupo reconhece as receitas quando, ou à medida que, seja satisfeita a obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente; sendo o ativo considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo. Os faturamentos são processados mensalmente, de acordo com os ciclos de cobrança acordados com os clientes ao longo do mês. **o. Demonstrações de valor adicionado:** Essas demonstrações têm por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e suas distribuições durante determinado exercício e é apresentada pelo Grupo nos termos do CPC 09–Demonstração do Valor Adicionado emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as Companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira suplementar. **p. Lucro por ação básico e diluído:** O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas do Grupo pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas do Grupo pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo exercício levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição. **q. Subvenção e assistência governamentais:** A Companhia tem benefícios fiscais advindos de subvenções e assistências governamentais que reduzem as bases do IRPJ e da CSLL. A parcela do lucro líquido decorrente destes incentivos fiscais, em conformidade ao artigo 195-A da Lei 6.404/76, são destinadas para a reserva de incentivos fiscais que por consequência são excluídas do cálculo de dividendos obrigatórios, e utilizadas apenas para aumento de capital ou na absorção de prejuízos. **r. Novas normas, alterações e interpretações de normas:** As seguintes novas normas/alterações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. • **IAS 21/CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis:** Em março de 2024, o IASB, emitiu emenda referente ao *Lack of Exchangeability*, que busca definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflete as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciaram em ou após 1º de janeiro de 2025. A Companhia informa que avaliou e não identificou impacto nas suas demonstrações financeiras. • **CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto:** Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) alterou o Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) para alinhar as normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais do IASB. O CPC 18 passou a permitir o método da equivalência patrimonial (MEP) na mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Separadas, seguindo mudanças nas normas internacionais. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais, apenas ajustes redacionais e normativos. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciaram em ou após 1º de janeiro de 2025. A Companhia informa que avaliou e não identificou impacto nas suas demonstrações financeiras. • **Reforma Tributária Internacional–Regras do Modelo do Pilar Dois–Alterações ao IAS 12:** As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem: • Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do Modelo do Pilar Dois; e • Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva. A Companhia informa que avaliou e não identificou possíveis impactos decorrentes da legislação do Pilar Dois, iniciativa global da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (“OCDE”). As seguintes novas normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, mas não estão em vigor para o período findo em 31 de dezembro de 2025. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando entrarem em vigor. • **IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 R1)–Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício (“DRE”), incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements (PFS)*) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2)–Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade de classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. A adoção da IFRS 18 não altera valores de ativos, passivos ou patrimônio líquido, mas impacta significativamente a forma de apresentação das demonstrações financeiras. A principal mudança ocorre na Demonstração do Resultado, que passa a apresentar receitas e despesas classificadas nas categorias operacional, investimento e financiamento, além da inclusão dos subtotais obrigatórios de Lucro Operacional e Lucro antes de Financiamento e Imposto de Renda. Essa reestruturação implica na realocação de itens anteriormente apresentados como resultado financeiro, conforme as novas definições. No fluxo de caixa, a conciliação pelo método indireto passa a iniciar pelo Lucro Operacional, refletindo a nova estrutura das demonstrações do resultado do exercício (DRE) e garantindo maior alinhamento entre as categorias. Em síntese, os efeitos esperados no Grupo Desktop concentram-se na apresentação e transparência das informações, sem impacto no lucro líquido ou no patrimônio, mas com necessidade de adequação das notas explicativas e dos sistemas internos para classificação das transações conforme as novas categorias. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. Os impactos materiais iniciais esperados sobre as demonstrações financeiras do Grupo são os seguintes: • Serão incluídas novas divulgações, compreendendo: (a) medidas de desempenho definidas pela administração (*Management-defined performance measures–MPMs*); (b) despesas específicas por natureza, caso as despesas sejam apresentadas por função na categoria operacional da demonstração do resultado; e (c) uma conciliação, para cada linha da demonstração do resultado, entre os valores representados de acordo com a IFRS 18 e os montantes anteriormente apresentados de acordo com a IAS 1 (CPC 26 R1). • Os juros recebidos e os juros pagos passarão a ser classificados, respectivamente, nas atividades de investimento e atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, conforme o CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. • **Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** Em maio de 2024, o *International Accounting Standards Board (IASB)* emitiu as alterações à IFRS 9 e IFRS 7 – *Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments* (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As principais alterações introduzidas são as seguintes: • Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na “data de liquidação” e a introdução de uma opção de política contábil (quando determi-

nadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação. • Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados. • Esclarecimentos sobre o que constitui “características sem direito de regresso” e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados. • Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI). As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas. A Companhia está avaliando os impactos para garantir que todas as informações estejam em conformidade com a norma. • **Alteração IAS 21 – Conversão das demonstrações financeiras para moeda não hiperinflacionária:** Em novembro de 2025, o IASB emitiu alterações ao IAS 21, trazendo orientações adicionais sobre como as entidades devem converter demonstrações financeiras preparadas em moeda não hiperinflacionária para uma moeda de apresentação hiperinflacionária. Essas alterações, de caráter pontual, visam aprimorar a qualidade das informações e reduzir a diversidade de práticas, proporcionando maior consistência na elaboração de relatórios em economias hiperinflacionárias. As alterações ao IAS 21 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio – são efetivas para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. A Companhia avaliou e não identificou impacto nas suas demonstrações financeiras. • **Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11:** Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros), IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa). Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes. As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. Não são esperados impactos materiais sobre as demonstrações financeiras da Companhia em decorrência destas alterações.

4. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber faturadas	33.240	40.584	51.112	55.059
Contas a receber a faturar	85.452	74.329	120.854	121.607
	118.692	114.913	171.966	176.666
	(9.977)	(8.959)	(13.692)	(14.047)
	108.715	105.954	158.274	162.619

O vencimento do contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2025 e 2024, está assim apresentado:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	85.452	74.329	120.854	121.607
Vencidos:				
De 01 a 30 dias	19.336	28.513	32.515	35.942
De 31 a 60 dias	3.730	2.688	4.750	4.300
De 61 a 90 dias	2.784	2.737	3.747	4.227
De 91 a 120 dias	2.403	2.236	3.338	3.563
De 121 a 150 dias	2.364	2.276	3.238	3.509
De 151 a 180 dias	2.623	2.134	3.524	3.518
	118.692	114.913	171.966	176.666

A Companhia e suas controladas efetuam análise histórica ponderada de recebimentos de suas contas a receber por faixas de vencimento e entende que são necessárias provisões parciais entre 1 e 180 dias. Adicionalmente, entende que a partir de 181 dias os saldos não são prováveis de recuperação. Por isso são provisionados baseados nas perdas esperadas que consideram o histórico do Grupo, conforme requerido pelo CPC 48 (IFRS 9)–Instrumentos financeiros. Anualmente, o valor contábil líquido é revisado com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar mudança no seu valor recuperado. Essas mudanças quando identificadas são registradas no ano corrente. A perda por redução ao valor recuperável de contas a receber em 31 de dezembro de 2025 e 2024, está assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo em 31 de dezembro de 2024			(8.959)	(14.047)
(+) Adições			(24.630)	(25.102)
(-) Reversões			23.612	25.457
Saldo em 31 de dezembro de 2025			(9.977)	(13.692)
Saldo em 31 de dezembro de 2023			(12.848)	(20.052)
(+) Adições			(21.592)	(23.828)
(-) Reversões			25.481	29.833
Saldo em 31 de dezembro de 2024			(8.959)	(14.047)

5. Tributos a recuperar e a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
ICMS (i)	75.508	71.751	82.602	78.791
Imposto de Renda retido sobre aplicações financeiras	14.051	13.606	16.744	14.933
PIS e COFINS	7.655	2.610	7.935	2.852
Subvenção e assistência governamentais	2.644	-	2.667	23
Outros tributos a recuperar	1.278	729	4.522	4.089
Total de tributos a recuperar	101.136	88.696	114.470	100.688
ICMS a recolher	16.637	15.305	22.574	23.591
Parcelamentos (ii)	2.184	4.148	3.271	6.100
PIS e COFINS a recolher	4.848	4.334	6.353	6.215
Subvenção e assistência governamentais	2.644	-	2.644	-
Outros tributos a recolher	817	1.546	1.303	2.221
Total de tributos a recolher	27.130	25.333	36.145	38.127
Ativo circulante	52.098	50.732	60.949	60.884
Ativo não circulante	49.038	37.964	53.521	39.804
Passivo circulante	25.547	23.308	33.993	35.015
Passivo não circulante	1.583	2.025	2.152	3.112

(i) Os créditos do ICMS são oriundos, principalmente, dos investimentos realizados no ativo imobilizado, os quais estão sendo compensados com os débitos provenientes das operações. Esses créditos estão registrados no ativo circulante e não circulante, de acordo com o prazo previsto de realização; (ii) Corresponde à parcelamentos nas esferas federal, estadual e municipal.

6. Investimentos

a. Composição dos saldos: (i) Controladas diretas

	Participação %		Investimentos	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Investimentos:				
Desktop Internet Ltda.	100%	100%	879.555	841.040
Ágio	-	-	156.948	162.364
Total de investimentos:			1.036.503	1.003.404

(ii) Controladas indiretas

	Participação %		Investimentos	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Investimentos:				
Cilnet Comunicação e Informática S.A.	70%	70%	70.100	48.633
Ágio	-	-	195.860	202.867
Total de investimentos:			265.960	251.500

b. Composição do ágio e mais (menos)-valia: O ágio e a mais-valia apresentados como investimentos na Companhia, são apresentados como contas de intangíveis e patrimoniais nas demonstrações financeiras consolidadas.

(i) Composição dos ágios

	31/12/2025		31/12/2024	
C-lig Telecomunicações S.A.	37.915	37.915	37.915	37.915
Desktop Internet Ltda.	35.107	35.107	35.107	35.107
Infolog Internet e Telecomunicações Ltda.	10.502	10.502	10.502	10.502
Isso Internet e Telecomunicações Ltda.	1.790	1.790	1.790	1.790
Netell Internet S.A.	22.237	22.237	22.237	22.237
Netion Soluções em Internet Via Rádio S.A.	20.567	20.567	20.567	20.567
	128.118	128.118	128.118	128.118

(ii) Composição de mais (menos)-valia

	31/12/2025		31/12/2024	
C-lig Telecomunicações S.A.	18.275	20.029	18.275	20.029
Desktop Internet Ltda.	4.473	5.218	4.473	5.218
Infolog Internet e Telecomunicações Ltda.	4.318	6.519	4.318	6.519
Isso Internet e Telecomunicações Ltda.	783	972	783	972
Netell Internet S.A.	2.520	3.197	2.520	3.197
Netion Soluções em Internet Via Rádio S.A.	(1.539)	(1.689)	(1.539)	(1.689)
	28.830	34.246	28.830	34.246

(iii) Composição e movimentação da mais (menos) valia

	Mais-valia de imobilizado		Mais-valia de clientes		Total	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo em 31 de dezembro de 2024 (i)						
(-) Amortizações	(3.154)	(2.262)	4.705	34.246	(3.154)	(2.262)
Saldo em 31 de dezembro de 2025 (i)						
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (i)						
(+) Adições	10.076	526	10.602	10.602	10.602	10.602
(-) Amortizações	(4.926)	(2.243)	(7.169)	(7.169)	(7.169)	(7.169)
Saldo em 31 de dezembro de 2024 (i)						
	29.541	4.705	4.705	34.246	4.705	34.246

(i) Em 31 de dezembro de 2025, os montantes de R\$ 26.387 e R\$ 2.443 (R\$ 29.541 e R\$ 4.705 em 31 de dezembro de 2024) foram apresentados para fins de consolidação nas rubricas de imobilizado e intangível, respectivamente.

c. Principais informações das controladas

7. Imobilizado					
a. Composição dos saldos					
	Taxa em %	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Custos:					
Instalações	6,67%–20%	1.140.522	879.766	1.397.482	1.103.738
Rede óptica	6,67%	637.984	579.263	964.355	896.739
Veículos	20%	22.672	27.259	24.086	30.281
Equipamentos de informática	25%	22.241	21.096	32.285	31.138
Outros imobilizados	1,67%–20%	34.793	30.159	37.872	33.180
Imobilizado em andamento	-	1.321	1.321	1.649	1.649
Total de custos:		1.859.533	1.538.864	2.457.729	2.096.725
Depreciação acumulada:					
Instalações		(231.746)	(157.607)	(298.548)	(202.665)
Rede óptica		(180.121)	(137.658)	(285.539)	(209.181)
Veículos		(15.693)	(15.625)	(16.730)	(18.271)
Equipamentos de informática		(10.458)	(8.430)	(18.441)	(15.641)
Outros imobilizados		(10.088)	(6.862)	(11.351)	(7.780)
Total de depreciação acumulada:		(448.106)	(326.182)	(630.609)	(453.538)
Total de imobilizado:		1.411.427	1.212.682	1.827.120	1.643.187

b. Movimentação dos saldos					
(i) Controladora					
	Taxa em %	Saldo em		(+/-) Trans-ferências	Saldo em
		31/12/2024	(+) Adições	(-) Baixas	31/12/2025
Custos:					
Instalações	6,67%–20%	879.766	262.174	(1.278)	(140)
Rede óptica	6,67%	579.263	58.721	-	-
Veículos	20%	27.259	503	(5.090)	-
Equipamentos de informática	25%	21.096	1.145	-	-
Outros imobilizados	1,67%–20%	30.159	4.634	-	-
Imobilizado em andamento	-	1.321	238	(378)	140
Total de custos:		1.538.864	327.415	(6.746)	-
Depreciação acumulada:					
Instalações		(157.607)	(74.176)	37	-
Rede óptica		(137.658)	(42.463)	-	-
Veículos		(15.625)	(4.280)	4.212	-
Equipamentos de informática		(8.430)	(2.028)	-	-
Outros imobilizados		(6.862)	(3.226)	-	-
Total de depreciação acumulada:		(326.182)	(126.713)	4.249	-
Total de imobilizado:		1.212.682	201.242	(2.497)	-
	Taxa em %	Saldo em		(+/-) Trans-ferências	Saldo em
		31/12/2023	(+) Adições	(-) Baixas	31/12/2024
Custos:					
Instalações	6,67%–20%	627.558	253.357	(604)	(545)
Rede óptica	6,67%	537.652	41.652	(300)	259
Veículos	20%	27.704	1.156	(1.601)	-
Equipamentos de informática	25%	20.656	394	-	46
Outros imobilizados	1,67%–20%	18.557	10.129	(192)	1.665
Imobilizado em andamento	-	2.642	187	(83)	(1.425)
Total de custos:		1.234.769	306.875	(2.780)	-
Depreciação acumulada:					
Instalações		(100.473)	(57.188)	54	-
Rede óptica		(103.255)	(34.406)	3	-
Veículos		(12.531)	(4.526)	1.432	-
Equipamentos de informática		(6.336)	(2.094)	-	-
Outros imobilizados		(4.914)	(1.948)	-	-
Total de depreciação acumulada:		(227.509)	(100.162)	1.489	-
Total de imobilizado:		1.007.260	206.713	(1.291)	-
(ii) Consolidado					
	Taxa em %	Saldo em		(+/-) Trans-ferências	Saldo em
		31/12/2024	(+) Adições	(-) Baixas	31/12/2025
Custos:					
Instalações	6,67%–20%	1.103.738	295.400	(1.516)	(140)
Rede óptica	6,67%	896.739	67.801	(185)	-
Veículos	20%	30.281	504	(6.699)	-
Equipamentos de informática	25%	31.138	1.147	-	-
Outros imobilizados	1,67%–20%	33.180	4.695	(3)	-
Obras em andamento	-	1.649	238	(378)	140
Total de custos:		2.096.725	369.785	(8.781)	-
Depreciação acumulada:					
Instalações		(202.665)	(95.920)	37	-
Rede óptica (i)		(209.181)	(73.112)	-	-
Veículos		(18.271)	(4.281)	5.822	-
Equipamentos de informática		(15.641)	(2.800)	-	-
Outros imobilizados		(7.780)	(3.571)	-	-
Total de depreciação acumulada:		(453.538)	(179.684)	5.859	-
Total de imobilizado:		1.643.187	190.101	(2.922)	-
	Taxa em %	Saldo em		(+/-) Trans-ferências	Saldo em
		31/12/2023	(+) Adições	(-) Baixas	31/12/2024
Custos:					
Instalações	6,67%–20%	786.904	318.273	(896)	(543)
Rede óptica	6,67%	843.854	52.927	(300)	258
Veículos	20%	33.096	1.156	(3.976)	5
Equipamentos de informática	25%	30.663	429	-	46
Outros imobilizados	1,67%–20%	21.058	10.704	(246)	1.664
Obras em andamento	-	2.975	187	(83)	(1.430)
Total de custos:		1.718.550	383.676	(5.501)	-
Depreciação acumulada:					
Instalações		(127.712)	(75.074)	121	-
Rede óptica (i)		(141.878)	(65.832)	1.775	-
Veículos		(17.334)	(4.728)	3.791	-
Equipamentos de informática		(12.631)	(3.010)	-	-
Outros imobilizados		(5.532)	(2.245)	(3)	-
Total de depreciação acumulada:		(305.087)	(150.889)	5.684	-
Total de imobilizado:		1.413.463	232.787	183	-

(i) Na movimentação de 31 de dezembro de 2025 apresentada acima, R\$ 23.636 (R\$ 25.408 em 31 de dezembro 2024), refere-se à mais-valia de imobilizado;

Teste de impairment de ativos não financeiros: Em 31 de dezembro de 2025, não há indicativos e/ou fatos novos para que houvesse a necessidade de realização do teste de *impairment* dos ativos da Companhia quando comparados com 31 de dezembro de 2024. **Bens do imobilizado em garantia:** Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não há bens de ativo imobilizado dados em garantia de qualquer natureza.

8. Intangível					
a. Composição dos saldos					
	Taxa em %	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Custos:					
Ágio	-	-	-	801.324	801.324
Software	20%	165.990	132.559	179.108	143.208
Carteira de clientes	15%–20%	17.473	17.473	126.529	126.529
Outros	-	12	12	14	14
Intangíveis em desenvolvimento	-	10.397	7.269	11.131	7.269
Total de custos:		193.872	157.313	1.118.106	1.078.344
Amortização acumulada:					
Software		(76.135)	(49.819)	(82.695)	(54.257)
Carteira de clientes (i)		(17.494)	(17.317)	(46.959)	(37.672)
Outros		(6)	(6)	(7)	(7)
Total de amortização acumulada:		(93.635)	(67.142)	(129.661)	(91.936)
Total de intangível:		100.237	90.171	988.445	986.408

b. Movimentação dos saldos:					
(i) Controladora					
	Taxa em %	Saldo em		(+/-) Transfe-rências	Saldo em
		31/12/2024	(+) Adições	(-) Baixas	31/12/2025
Custos:					
Software	20%	132.559	110	-	33.321
Carteira de clientes	15%–20%	17.473	-	-	-
Outros	15%–20%	12	-	-	12
Intangíveis em desenvolvimento	-	7.269	36.449	-	(33.321)
Total de custos:		157.313	36.559	-	193.872
Amortização acumulada:					
Software		(49.819)	(26.316)	-	-
Carteira de clientes		(17.317)	(177)	-	-
Outros		(6)	-	-	-
Total de amortização acumulada:		(67.142)	(26.493)	-	(93.635)
Total de intangível:		90.171	10.066	-	100.237
	Taxa em %	Saldo em		(+/-) Transfe-rências	Saldo em
		31/12/2023	(+) Adições	(-) Baixas	31/12/2024
Custos:					
Software	20%	92.842	-	(72)	39.789
Carteira de clientes	15%–20%	17.473	-	-	-
Outros	-	12	-	-	12
Intangíveis em desenvolvimento	-	8.670	38.388	-	(39.789)
Total de custos:		118.997	38.388	(72)	-
Amortização acumulada:					
Software		(31.438)	(18.381)	-	-
Carteira de clientes		(13.007)	(4.310)	-	-
Outros		(6)	-	-	-
Total de amortização acumulada:		(44.451)	(22.691)	-	(67.142)
Total de intangível:		74.546	15.697	(72)	-

(ii) Consolidado					
	Taxa em %	Saldo em		(+/-) Trans-ferências	Saldo em
		31/12/2024	(+) Adições	(-) Baixas	31/12/2025
Custos:					
Ágio	-	801.324	-	-	-
Software	20%	143.208	112	-	35.788
Carteira de clientes	15%–20%	126.529	-	-	-
Outros	15%–20%	14	-	-	14
Intangíveis em desenvolvimento	-	7.269	39.650	-	(35.788)
Total de custos:		1.078.344	39.762	-	-
Amortização acumulada:					
Software		(54.257)	(28.438)	-	-
Carteira de clientes (i)		(37.672)	(8.924)	-	-
Outros		(7)	-	-	-
Total de amortização acumulada:		(91.936)	(37.362)	-	(363)
Total de intangível:		986.408	2.400	-	(363)

	Taxa em %	Saldo em		(+/-) Trans-ferências	(+/-) IR/CS so-bre mais-valia	Saldo em
		31/12/2023	(+) Adições	(-) Baixas		31/12/2024
Custos:						
Ágio	-	825.766	-	(24.442)	-	801.324
Software	20%	100.029	-	(72)	43.251	143.208
Carteira de clientes	15%–20%	126.529	-	-	-	126.529
Outros	-	14	-	-	-	14
Intangíveis em desenvolvimento	-	8.909	41.611	-	(43.251)	7.269
Total de custos:		1.061.247	41.611	(24.514)	-	1.078.344
Amortização acumulada:						
Software		(34.273)	(19.984)	-	-	(54.257)
Carteira de clientes (i)		(24.232)	(13.270)	194	-	(364)
Outros		(5)	(2)	-	-	(7)
Total de amortização acumulada:		(58.510)	(33.256)	194	-	(91.936)
Total de intangível:		1.002.737	8.355	(24.320)	-	986.408

(i) Na movimentação de 31 de dezembro de 2025 apresentada acima, R\$ 8.642 (R\$ 8.623 em 31 de dezembro 2024), refere-se à mais-valia de carteira de clientes.

Teste de impairment de ativos com vida útil indefinida: As operações foram segregadas em duas unidades geradoras de caixa denominadas: UGC Desktop S.A., englobando as operações iniciais com operação já madura; e UGC Desktop Internet Ltda., referente às aquisições realizadas nos últimos 36 meses com maior potencial de maturação. Com base na análise realizada pela administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, mediante a comparação dos saldos contábeis com os fluxos de caixa projetados, concluiu-se pela não necessidade de registrar qualquer provisão de perda. O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor que a Companhia atua. O processo de determinação do valor em uso envolveu a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxa de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros, perpetuidade e taxa de desconto. Tal entendimento está em acordo com o parágrafo 35 do CPC 01 (R1) / NBC TG 01 (R4) / IAS 36–Redução do Valor Recuperável dos Ativos. As premissas-chaves utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2025 são as que seguem: • Taxa de crescimento anual da receita operacional bruta: média de 3,9% ao ano; • Taxa de desconto: 9,7% ao ano; • Taxa de crescimento na perpetuidade: 4,02%. • Taxa crescimento anual de assinantes O volume de serviços prestados considera a média anual da taxa de crescimento, se baseando no desempenho histórico e nas expectativas da administração para o desenvolvimento do mercado. Taxa de desconto: A taxa de desconto representa a avaliação de risco no atual mercado em que a Companhia atua. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da Companhia, sendo derivada dos custos de capital médio ponderado. Taxa de Crescimento na perpetuidade: A estimativa foi baseada principalmente em: (i) resultados históricos obtidos pela Companhia; (ii) expectativa de crescimento orgânico; e (iii) expectativa de inflação e crescimento econômico (PIB) divulgadas pelo Banco Central (Boletim Focus).

9. Direito de uso e passivo de arrendamento

A Companhia e suas controladas arrendam imóveis, frota e equipamentos, sendo que os contratos mais relevantes têm prazo de até cinco anos, com opção de renovação do arrendamento após este exercício. Os pagamentos de arrendamentos são reajustados anualmente, para refletir os valores de mercado, conforme índices contratuais. Adicionalmente, os montantes registrados no direito de uso são amortizados pelo menor prazo entre a vida útil estimada dos bens e a duração prevista do contrato de arrendamento.

a. Direito de uso

(i) Composição dos saldos

	Taxa em %	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Custos:					
Imóveis		41.861	31.195	62.210	50.028
Frota		67.516	46.695	68.698	52.375

	Consolidado					
	(-) Ajuste a valor presente		Total em	(-) Ajuste a valor presente		Total em
	Valor nominal	31/12/2025	31/12/2025	Valor nominal	31/12/2025	31/12/2024
Até 1 ano	49.436	(10.011)	39.425	39.855	(8.510)	31.345
Entre 1 e 2 anos	21.093	(2.224)	18.869	16.764	(1.821)	14.943
Entre 2 e 3 anos	20.895	(2.214)	18.681	16.640	(1.815)	14.825
Mais de 3 anos	19.219	(4.909)	14.310	11.522	(1.622)	9.900
	110.643	(19.358)	91.285	84.781	(13.768)	71.013

10. Contas a pagar por aquisição de empresas

(i) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
C-Lig Telecomunicações S.A.	34.241	42.630	34.241	42.630
Desktop Internet Ltda.	15.415	22.742	15.415	22.742
Grupo LPNet	-	-	51.462	91.131
IDC Telecom Ltda.	-	-	26.265	34.360
Infolog Internet e Telecomunicações Ltda.	3.196	5.596	3.196	5.596
Net Barretos Participações S.A.	-	-	113.183	99.011
Netell Internet S.A.	5.431	14.220	5.431	14.219
	58.283	85.188	249.193	309.689

Circulante	58.037	35.067	179.373	135.614
Não circulante	246	50.121	69.820	174.075

O cronograma de pagamentos das contas a pagar da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025 e 2024, está assim apresentado:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Até 1 ano	58.037	35.067	179.373	135.614
Entre 1 e 2 anos	246	47.611	69.820	154.367
Entre 2 e 3 anos	-	2.510	-	19.708
	58.283	85.188	249.193	309.689

(ii) Movimentação dos saldos: A movimentação das contas a pagar por aquisição de empresa da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025 e 2024, está assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo em 31 de dezembro de 2024			85.188	309.689
(+) Provisão de juros			9.054	39.672
(-) Pagamento de parcela			(35.959)	(100.168)
Saldo em 31 de dezembro de 2025			58.283	249.193
Saldo em 31 de dezembro de 2023			108.849	365.032
(+) Provisão de juros			4.916	30.009
(-) Resultado de operações com sócios não controladores			(219)	(502)
(-) Pagamento de parcela			(28.358)	(84.850)
Saldo em 31 de dezembro de 2024			85.188	309.689

11. Obrigações trabalhistas e sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Salários a pagar e encargos	15.429	14.517	19.447	19.054
Provisão de férias e encargos	20.582	18.656	26.639	25.632
Provisão de 13º salário e encargos	1.972	1.588	2.040	1.588
Outras obrigações	10.185	10.304	12.813	12.900
	48.168	45.065	60.939	59.174

12. Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Despesas de comissões de terceiros	85.311	56.872	85.490	57.947
Despesas de comissões CLT	24.014	19.913	29.062	24.468
Outras despesas antecipadas	2.124	1.418	3.445	2.740
	111.449	78.203	117.997	85.155
Circulante	44.115	30.858	47.657	34.759
Não circulante	67.334	47.345	70.340	50.396

13. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	1.433	326	1.455	348
Aplicações de liquidez imediata	354.040	221.637	463.182	290.605
	355.473	221.963	464.637	290.953

Bancos e aplicações de liquidez imediata rendem juros a taxas flutuantes baseadas em taxas diárias de depósitos bancários com a média de 99% CDI, em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Os depósitos a curto prazo são efetuados por períodos que variam de um dia a três meses, dependendo das necessidades imediatas de caixa da Companhia, rendendo juros de acordo com as respectivas taxas de depósito de curto prazo.

14. Aplicações financeiras

Instituições financeiras	Linha	Rentabilidade	Controladora		Consolidado	
			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Banco Itaú	Letra Financeira	102% a 105,5% CDI	15.181	80.373	15.181	80.373
Banco Santander S.A. (i)	CDB Progressivo	103% CDI	-	11.492	-	11.492
Banco Sofisa (i)	Renda Fixa - Sofisa	100% CDI	297	695	297	695
Título de Capitalização	Título de Capitalização	-	5	5	31	31
			15.483	92.565	15.509	92.591

(i) As referidas aplicações financeiras estão vinculadas às garantias de empréstimos, conforme apresentado na nota explicativa nº 14. De acordo com a política de investimentos da Companhia e suas controladas, os ativos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os principais investimentos possuem taxas de remuneração de 100% a 105,5% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (100% a 105,5% do CDI em 31 de dezembro de 2024), com o vencimento original até 2026, podendo ser liquidados ou resgatados antecipadamente, conforme aplicável. A Companhia e suas controladas objetivam gerir suas aplicações financeiras, buscando o equilíbrio entre liquidez e rentabilidade, considerando o plano de investimento programado para os próximos anos. As movimentações das aplicações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025 e 2024, está assim apresentado:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo em 31 de dezembro de 2024			92.565	92.591
(+) Aplicações			15.338	15.338
(-) Resgates de principal			(91.645)	(91.645)
(-) Resgates de juros			(4.014)	(4.014)
(-) Incidência de IR e IOF			(1.341)	(1.341)
(+) Juros do exercício			4.580	4.580
Saldo em 31 de dezembro de 2025			15.483	15.509
Saldo em 31 de dezembro de 2023			83.444	83.543
(+) Aplicações			514.607	514.607
(-) Resgates de principal			(501.225)	(501.298)
(-) Resgates de juros			(21.177)	(21.177)
(-) Incidência de IR e IOF			(4.729)	(4.729)
(+) Juros do exercício			21.645	21.645
Saldo em 31 de dezembro de 2024			92.565	92.591

15. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores nacionais	94.894	103.421	116.416	123.401
Fornecedores estrangeiros	160	60	164	82
Fornecedores – retenção por contratos	874	-	999	-
	95.928	103.481	117.579	123.483
Circulante	95.054	103.481	116.580	123.483
Não circulante	874	-	999	-

16. Empréstimos e debêntures

Linha	Taxa de juros anual	Início	Vencimento	Controladora		Consolidado	
				31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Capital de giro – Empréstimos	CDI + 14,70% a 10,42%	11/11/2020	30/04/2025	-	348	-	945
Capital de giro – Price	TR + 4,34%	15/08/2025	15/09/2035	14.335	-	14.335	-
5ª emissão de Debêntures	CDI + 2,30%	-	-	-	355.364	-	355.364
6ª emissão de Debêntures	CDI + 1,60%	17/06/2024	17/06/2030	-	627.921	-	627.921
7ª emissão de Debêntures	98% do CDI – 0,11%	15/07/2024	16/06/2031	396.109	383.719	396.109	383.719
8ª emissão de Debêntures	IPCA + 7,93%	27/06/2025	15/06/2032	444.290	-	444.290	-
9ª emissão de Debêntures	IPCA + 7,91%-	24/10/2025	08/10/2032	814.516	-	814.516	-
				1.669.250	1.367.352	1.669.250	1.367.949
				(42.987)	(20.610)	(42.987)	(20.610)
				1.626.263	1.346.742	1.626.263	1.347.339
				59.011	9.724	59.011	10.321
				1.567.252	1.337.018	1.567.252	1.337.018

(i) Os saldos dos custos de transação em 31 de dezembro de 2025 totalizam o montante de R\$ 42.987 (R\$ 20.610 em 31 de dezembro de 2024), os quais foram reconhecidos conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) – Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. O cronograma de pagamentos dos empréstimos e debêntures da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025 e 2024, está assim apresentado:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2025		Total	31/12/2024		Total
	Empréstimos	Debêntures		Empréstimos	Debêntures	
Até 1 ano	163	58.848	59.011	348	9.376	9.724
Entre 1 e 2 anos	-	-	-	-	116.667	116.667
Entre 2 e 3 anos	513	-	513	-	116.667	116.667
Mais de 3 anos	13.659	1.596.067	1.609.726	-	1.124.294	1.124.294
	14.335	1.654.915	1.669.250	348	1.367.004	1.367.352

	Consolidado			31/12/2024		
	31/12/2025		Total	31/12/2024		Total
	Empréstimos	Debêntures		Empréstimos	Debêntures	
Até 1 ano	163	58.848	59.011	945	9.376	10.321
Entre 1 e 2 anos	-	-	-	-	116.667	116.667
Entre 2 e 3 anos	513	-	513	-	116.667	116.667
Mais de 3 anos	13.659	1.596.067	1.609.726	-	1.124.294	1.124.294
	14.335	1.654.915	1.669.250	945	1.367.004	1.367.949

A movimentação dos empréstimos e debêntures da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025 e 2024, está assim apresentado:

	Controladora			Consolidado		
	Empréstimos	Debêntures	Total	Empréstimos	Debêntures	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	348	1.346.394	1.346.742			
(+) Captação	14.165	1.237.500	1.251.665			
(-) Custos de transação, líquidos (i)	-	(22.377)	(22.377)			
(-) Provisão de juros	191	196.615	196.806			
(-) Amortizações de principal	(234)	(975.000)	(975.234)			
(-) Amortizações de juros	(135)	(171.204)	(171.339)			
Saldo em 31 de dezembro de 2025	14.335	1.611.928	1.626.263			
Saldo em 31 de dezembro de 2023	45.542	1.118.551	1.164.093			
(+) Captação	-	1.000.000	1.000.000			
(+) Custos de transação, líquidos (i)	-	(11.455)	(11.455)			
(+) Provisão de juros	5.342	183.951	189.293			
(-) Amortizações de principal	(44.574)	(750.889)	(795.463)			
(-) Amortizações de juros	(5.962)	(193.764)	(199.726)			
Saldo em 31 de dezembro de 2024	348	1.346.394	1.346.742			

Saldo em 31 de dezembro de 2024

(+) Captação	14.165	1.237.500	1.251.665
(+) Custos de transação, líquidos (i)	-	(22.377)	(22.377)
(+) Provisão de juros	214	196.615	196.829
(-) Amortizações de principal	(830)	(975.000)	(975.830)
(-) Amortizações de juros	(159)	(171.204)	(171.363)

Saldo em 31 de dezembro de 2025

Saldo em 31 de dezembro de 2023

(+) Captação	-	1.000.000	1.000.000
(+) Custos de transação, líquidos (i)	-	(11.455)	(11.455)
(+) Provisão de juros	5.564	183.951	189.515
(-) Amortizações de principal	(48.227)	(750.889)	(799.116)
(-) Amortizações de juros	(6.208)	(193.764)	(199.972)

Saldo em 31 de dezembro de 2024

(i) Na movimentação de 31 de dezembro de 2025, apresentada acima, R\$ 22.377 de apropriação de comissão se refere ao valor líquido (R\$ 11.455 em 31 de dezembro de 2024), o qual foi reconhecido conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) – Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

a. Debêntures – 6ª (sexta) Emissão Debêntures: Em 27 de junho de 2024 a Companhia realizou a 6ª (sexta) emissão de 625.000 (seiscentos e vinte e cinco mil) debêntures simples, de valor unitário R\$ 1.000,00 (um mil reais) cada, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, emitidas de forma nominativa e escritural, com prazo de vencimento de seis anos contados da data da emissão com juros de pagamentos semestrais. As debêntures serão remuneradas por 100% da taxa DI, acrescida de spread de 1,60% ao ano. **Garantias:** Foi celebrado, em 27 de junho de 2024, o contrato de cessão fiduciária, constituindo obrigação de garantia real (fluxos de recebíveis) de 8% do saldo devedor das debêntures, com verificação mensal, estabelecida a partir do primeiro dia útil de julho de 2024. **b. Debêntures – 7ª (sétima) Emissão de Debêntures:** Em 02 de julho de 2024 a Companhia realizou a 7ª (sétima) emissão de 375.000 (trezentas e setenta e cinco mil) debêntures simples, de valor unitário R\$ 1.000,00 (um mil reais) cada, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirográfrica, emitidas de forma nominativa e escritural, com prazo de vencimento de sete anos contados da data da emissão com juros de pagamentos semestrais. As debêntures serão remuneradas por 100% da taxa IPCA, acrescida de spread de 7,44% ao ano. Em 28 de fevereiro de 2025, a Companhia contratou um instrumento financeiro derivativo (“swap”), com o objetivo de trocar as remunerações de 100% da dívida contralida nas debêntures da 7ª emissão. Dessa forma, com o efeito do contrato de “swap”, a 7ª série de debêntures emitida passa ter um custo financeiro correspondendo a 98,90% do CDI a.a., conforme descrito no item “e” desta nota explicativa. **c. Debêntures – 8ª (Oitava) Emissão de Debêntures:** Em 05 de junho de 2025, a Companhia emitiu a 8ª (oitava) debênture, no montante de R\$ 437.500 (quatrocentos e trinta e sete milhões e quinhentos mil reais), sendo R\$ 350.000 (trezentos e cinquenta milhões de reais), correspondente a 350.000 (trezentas e cinquenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações e em série única e R\$ 87.500 (oitenta e sete milhões e quinhentos mil reais) correspondente a 87.500 (oitenta e sete mil e quinhentas) debêntures referentes ao Lote Adicional, as quais foram objeto de distribuição pública e destinada exclusivamente a investidores profissionais, aumentando em 25% (vinte e cinco por cento). As debêntures serão remuneradas por 7,

Ações/opções adquiridas e exercidas		2021	2022	2023	2024	2025	Total
Ações próprias (#) de ações adquiridas		64.185	92.193	60.683	68.269	64.998	350.328
Opções exercida (#) de opções		-	186.740	74.688	368.768	245.070	875.266
Preço de exercício pago, em R\$ (b)	Ações próprias	5,12	5,31	6,52	7,88	8,72	6,62
	Opções concedidas	-	4,94	5,90	7,06	7,76	6,71
Preço à vista na data de outorga, em R\$ (a)	Ações próprias	21,45	15,19	11,37	11,49	9,35	13,87
	Opções concedidas	-	15,37	10,01	11,10	9,58	11,49
Valor justo (a-b) * # ações, em R\$	Ações próprias	1.048.357	910.764	294.312	246.268	40.472	2.540.173
	Opções concedidas	-	1.948.676	307.482	1.488.167	445.841	4.190.166
Reserva de capital–Instrumentos patrimoniais							
Reserva de capital–Instrumentos patrimoniais outorgados		Saldo Final em 31 de dezembro de 2024					3.025
Pro rata Vesting em R\$	Ações próprias						
	Opções concedidas						406
	Ações Adquiridas						
Ações adquiridas e opções exercidas		Opções exercidas					(1.790)
Reserva de capital–Instrumentos patrimoniais outorgados		Saldo em 31 de dezembro de 2025					1.641
Reserva de capital–Instrumentos patrimoniais outorgados		Saldo em 31 de dezembro de 2023					2.854
Pro rata Vesting em R\$	Ações próprias						
	Opções concedidas						2.318
	Ações Adquiridas						
Ações adquiridas e opções exercidas		Opções exercidas					(2.147)
Reserva de capital–Instrumentos patrimoniais outorgados		Saldo em 31 de dezembro de 2024					3.025
d. Plano de incentivos atrelado a ações – Matching shares: A Companhia possui plano de incentivos atrelado a ações, oferecidos a seus funcionários que possuem cargos estratégicos. Em 28 de março de 2025 foi aprovado pela Companhia em Assembleia geral extraordinária o terceiro programa de outorga de ações de matching da Companhia, com objetivo de estabelecer os termos e condições para aquisição de ações de investimento e, em contrapartida, a outorga de ações de matching da Companhia. Puderam participar do terceiro programa os empregados da Companhia ou de suas controladas diretas e indiretas que efetivamente adquiriram ações de investimento e, em contrapartida, receberam outorga de ações de matching nos termos do primeiro plano, cuja pré-seleção foi ratificada pelo Conselho de administração da Companhia. O terceiro programa prevê a outorga de até 194.582 (cento e noventa e quatro mil e quinhentos e oitenta e duas) ações, incluindo ações de investimento e ações de matching, observado o limite do capital autorizado da Companhia. Foi outorgado aos beneficiários o direito a receber, gratuitamente, à razão de 1 (uma) ação de matching para cada 1 ação de investimento, nos limites e condições dos respectivos instrumentos contrato de outorga de ações matching. As ações de matching ficaram sujeitas a um prazo de vesting de 3 (três) anos contados da data da outorga, durante o qual os beneficiários deverão manter seu vínculo com a Companhia ou suas afiliadas de forma ininterrupta. A seguir a movimentação das ações, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025:							
		Em milhares de ações					
		Ações de investimento		Ações Matching			
Saldo em 31 de dezembro de 2024		29		11			
Outorgadas		97		42			
Exercidas		(29)		(6)			
Saldo em 31 de dezembro de 2025		97		47			
		Em milhares de R\$					
		Ações de investimento		Ações Matching			
Saldo em 31 de dezembro de 2024		438		140			
Outorgadas		779		357			
Exercidas		(438)		(68)			
Saldo em 31 de dezembro de 2025		779		429			
e. Resultado por ação – Básico e Diluído: (i) Resultado básico: O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. (ii) Resultado diluído por ação: O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia tem uma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas. Em 31 de dezembro de 2025, são consideradas as opções de compra de ações, para as quais é realizado o cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo, com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação.							
		Ações Ordinárias Nominativas					
		31/12/2025		31/12/2024			
Denominador:							
Média ponderada da quantidade de ações total				115.845		115.482	
Quantidade de ações em tesouraria ponderada				(12)		(116)	
Média ponderada da quantidade de ações em circulação				115.833		115.366	
% de ações em relação ao total				99,89%		99,78%	
Numerador:							
Lucro atribuível aos acionistas				71.484		89.673	
Média ponderada da quantidade de ações em circulação				115.833		115.366	
Resultado básico por ação – Em reais				0,62		0,78	
		Diluído					
		31/12/2025		31/12/2024			
Numerador:							
Lucro atribuível aos acionistas				71.484		89.673	
Média ponderada da quantidade de ações em circulação				115.833		115.366	
Ajustes de opções de compra de ações				310		2	
Média ponderada da quantidade de ações matching				28		11	
Média ponderada da quantidade de ações para resultado diluído por ação				116.171		115.379	
Resultado diluído por ação – Em reais				0,62		0,78	
f. Reserva legal: Constituída ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre o lucro líquido da Companhia, conforme os termos da legislação societária. Será constituída obrigatoriamente, pela Companhia, até que seu valor atinja 20% do capital social realizado, quando então deixará de ser acrescida, ou poderá, a critério da Companhia, deixar de receber créditos, quando o saldo desta reserva, somado ao montante da reserva de capital, atingir 30% do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia destinou R\$ 3.574 (R\$ 4.484 em 31 de dezembro de 2024) de reserva legal. g. Dividendos: Durante o exercício de 2025 a Companhia pagou o montante de R\$ 4.266 (R\$ 5.273 e R\$ 5.274 em 2024), à controladora e consolidado, respectivamente de dividendos aos acionistas assegurados no estatuto e nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Conforme estatuto da Companhia, aos acionistas estão assegurados dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, que somados correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício da Companhia (5% em 31 de dezembro de 2024), ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Em 18 de dezembro de 2025, a Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários, com base no balanço patrimonial apurado em 30 de setembro de 2025, no montante de R\$ 11.872, conforme ato da Reunião do Conselho de Administração, com pagamento para 06 de janeiro de 2026. Adicionalmente, a Companhia destinou do lucro líquido, o montante de R\$ 5.105 para o pagamento de dividendos complementares, alcançando assim, o montante total de R\$ 16.977 (R\$ 4.259 em 2024) que representa o mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício da Companhia no exercício de 2025, correspondente a R\$ 0,14 (R\$ 0,04 em 2024) por ação ordinária de emissão da Companhia. Os dividendos declarados e pagos foram calculados conforme segue:							
		31/12/2025					
Lucro líquido do exercício		71.484					
(-) Constituição da reserva legal (5%)		(3.574)					
Base de cálculo para cálculo de dividendos mínimos obrigatórios		67.910					
Dividendos propostos		(16.977)					
Dividendos intermediários		(11.872)					
Dividendos complementares		(5.105)					
Dividendo mínimo obrigatório		(16.977)					
h. Reserva de retenção de lucros: Estabelecida pelo artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar/reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia destinou R\$ 50.933 (R\$ 80.930 em 31 de dezembro de 2024).							

	Controladora				
	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Reconhecido no resultado	Saldo em 31 de dezembro de 2025		
			Valor líquido	Ativo Fiscal diferido	Passivo Fiscal diferido
Perda por redução ao valor recuperável	3.117	346	3.463	3.463	-
Outras Provisões Temporárias	142	283	425	425	-
Provisão participações nos lucros	3.453	(93)	3.360	3.360	-
Provisão de contingências	1.507	1.284	2.791	2.791	-
Plano de <i>Matching Shares</i>	103	153	256	256	-
Prejuízo fiscal e base negativa	26.581	(5.670)	20.911	20.911	-
Instrumento financeiro derivativo	-	1.621	1.621	1.621	-
Diferenças entre base contábil e fiscal de ágios	(7.971)	(6.324)	(14.295)	-	(14.295)
Apropriação de ágio e deságio das incorporadas	35.578	-	35.578	35.578	-
Impostos (ativos) passivos antes da compensação	62.510	(8.400)	54.110	68.405	(14.295)
(-) Compensações	-	-	-	(14.295)	14.295
Imposto líquido passivo (ativo)	62.510	(8.400)	54.110	54.110	-

	Controladora				
	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Reconhecido no resultado	Saldo em 31 de dezembro de 2024		
			Valor líquido	Ativo Fiscal diferido	Passivo Fiscal diferido
Perda por redução ao valor recuperável	4.370	(1.253)	3.117	3.117	-
Outras Provisões Temporárias	(114)	256	142	142	-
Provisão participações nos lucros	2.842	611	3.453	3.453	-
Provisão de contingências	1.355	152	1.507	1.507	-
Plano de <i>Matching Shares</i>	24	79	103	103	-
Prejuízo fiscal e base negativa	17.923	8.658	26.581	26.581	-
Diferenças entre base contábil e fiscal de ágios	-	2.631	(10.602)	(7.971)	(7.971)
Amortização de intangíveis	35.578	-	35.578	35.578	-
Impostos (ativos) passivos antes da compensação	61.978	11.134	(10.602)	62.510	70.481
(-) Compensações	-	-	-	(7.971)	7.971
Imposto líquido passivo (ativo)	61.978	11.134	(10.602)	62.510	62.510

	Controladora				
	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Reconhecido no resultado	Saldo em 31 de dezembro de 2025		
			Valor líquido	Ativo Fiscal diferido	Passivo Fiscal diferido
Perda por redução ao valor recuperável	6.841	(121)	6.720	6.720	-
Outras Provisões Temporárias	2.164	242	2.406	2.406	-
Provisão participações nos lucros	4.148	(99)	4.049	4.049	-
Provisão de contingências	1.565	1.976	3.541	3.541	-
Plano de <i>Matching Shares</i>	103	153	256	256	-
Prejuízo fiscal e base negativa	59.207	17.609	76.816	76.816	-
Instrumento financeiro derivativo	-	1.621	1.621	1.621	-
Diferenças entre base contábil e fiscal de ágios	(75.580)	(42.647)	(118.227)	-	(118.227)
Apropriação de ágio e deságio das incorporadas	35.578	-	35.578	35.578	-
Mais-valia sobre aquisições	(32.872)	-	3.610	(29.262)	(29.262)
Imposto líquido ativo (passivo) antes das compensações	1.154	(21.266)	3.610	(16.502)	130.987
(-) Compensações	-	-	-	(75.823)	75.823
Imposto líquido ativo (passivo)	1.154	(21.266)	3.610	(16.502)	55.164

	Controladora				
	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Reconhecido no resultado	Saldo em 31 de dezembro de 2024		
			Valor líquido	Ativo Fiscal diferido	Passivo Fiscal diferido
Perda por redução ao valor recuperável	7.729	(888)	6.841	6.841	-
Outras Provisões Temporárias	(186)	2.349	2.163	2.163	-
Provisão participações nos lucros	3.476	673	4.149	4.149	-
Provisão de contingências	(1.093)	2.658	1.565	1.627	(62)
Plano de <i>Matching Shares</i>	24	79	103	103	-
Prejuízo fiscal e base negativa	57.388	1.819	59.207	59.207	-
Diferenças entre base contábil e fiscal de ágios	(11.048)	(53.930)	(75.580)	-	(75.580)
Apropriação de ágio e deságio das incorporadas	35.578	-	35.578	35.578	-
Mais-valia sobre aquisições	(45.116)	-	12.244	(32.872)	(32.872)
Imposto líquido ativo (passivo) antes das compensações	46.752	(47.240)	1.642	1.154	109.668
(-) Compensações	-	-	-	(44.469)	44.469
Imposto líquido ativo (passivo)	46.752	(47.240)	1.642	1.154	65.199

Os ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social decorrentes de diferenças temporárias são reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a realização provável desses créditos, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas. Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o ativo fiscal diferido foi compensado contra o passivo fiscal diferido, nos casos em que os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados sobre o lucro lançado pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável. Conforme a realização histórica dos ativos que originam o saldo do imposto de renda e contribuição social e as projeções de resultados tributáveis futuros da Companhia, é estimado o seguinte cronograma de realização:

	31/12/2025			
	Controladora	%	Consolidado	%
2026	16.233	30%	16.549	30%
2027	13.528	25%	13.791	25%
2028	10.822	20%	13.791	25%
2029	8.117	15%	5.516	10%
a partir de 2030	5.410	10%	5.517	10%
	54.110	100%	55.164	100%

Além dos ativos fiscais diferidos, mencionados acima, possui passivos financeiros oriundos da diferença entre bases contábeis e fiscais de ágios, quando da compensação entre os ativos e passivos de cada entidade do grupo, no montante de R\$ 71.666 no consolidado (R\$ 64.045 em 31 de dezembro de 2024). Tendo em vista que esses passivos somente serão realizados em casos de *impairment* ou na venda de participações societárias e não temos nenhuma previsão de ocorrência de tais eventos, não incluímos na *aging* acima.

24. Gestão de risco financeiro e instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas podem estar expostas aos seguintes riscos de acordo com suas atividades: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; e • Gestão de capital. Esta nota apresenta informações sobre a exposição aos riscos mencionados, os objetivos, políticas para seu gerenciamento de riscos, e o gerenciamento de capital da Companhia e suas controladas. **a. Risco de crédito:** O risco de crédito da Companhia e suas controladas se caracterizam pelo não cumprimento, por um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, de suas obrigações contratuais. A Companhia e suas controladas são provedores de internet focado na prestação de serviços de telefonia fixa, internet banda larga e televisão por assinatura em nível nacional. As operações da Companhia e suas controladas são compostas na sua grande maioria por clientes pessoas físicas, mediante a cobrança por boleto bancário, cartões de crédito e crédito em conta. Dado o ticket médio baixo, a carteira de cliente é pulverizada sem risco concentrado em nenhum cliente. A Companhia e suas controladas monitoram suas carteiras de recebíveis periodicamente e o departamento de operações financeiras e departamento jurídico são ativos nas negociações junto aos devedores. Além disso a Companhia e suas controladas tem como obrigação avaliar os riscos das contrapartes e busca diversificar a exposição periodicamente. A administração considera que a exposição máxima ao risco de crédito de seus ativos financeiros está representada pelos saldos de contas a receber registrados no balanço patrimonial da Companhia e suas controladas. Adicionalmente, as aplicações financeiras da Companhia e suas controladas são alocadas em instituições financeiras com reconhecimento *rating* nacional determinado pelas principais agências de classificação de risco, sendo elas: *Fitch*, *Moody's* e *Standard&Poors*. Com relação as aplicações financeiras e títulos de valores mobiliários a Companhia e suas controladas possuem uma política de investimento com o objetivo de estabelecer diretrizes para gestão do caixa e minimizar riscos. De acordo com esta política, a Companhia e suas controladas realizam aplicações conservadoras, sendo permitido aplicar em fundo de investimento classificados como de baixo risco de mercado, certificado de Depósito Bancário-CDB e operações compromissadas. A gestão do caixa da Companhia e suas controladas são direcionadas de modo a assegurar o cumprimento dos riscos descritos a seguir: As aplicações são alocadas em instituições financeiras com reconhecimento *rating* nacional determinado pelas principais agências de classificação de risco, conforme abaixo:

	S&P	Fitch	Moody's
Banco do Brasil S.A.	BB-	AA	AAA.br
Banco Itaú	-	AAA(bra)	AAA.br
Banco Santander S.A.	brAAA	-	AAA.br
Banco Votorantim	br.AA+	-	AAA.br
Sofisa	br.AA+	A+	AA-
XP Investimentos	-	AA	-

A Companhia e suas controladas devem manter 100% do total do seu caixa em aplicações que garantam uma liquidez de curto prazo (até 30 dias), de forma a garantir o cumprimento satisfatório de suas obrigações em situações correntes e de stress (aplicações em CDB e Letra Financeira com taxas entre 100% e 105,5% do CDI alocadas majoritariamente entre os Bancos Itaú, Banco Santander S.A. e Banco Votorantim).

b. Risco de liquidez: Para financiar a expansão de suas operações, a Companhia e suas controladas buscam estruturar junto ao mercado financeiro operações de financiamento de longo prazo, de modo a alinhá-la ao fluxo de caixa esperado. A seguir estão os vencimentos contratuais dos passivos financeiros incluindo pagamento de juros estimados e excluindo, se houver, o impacto da negociação de moedas pela posição líquida:

	Controladora					
	31/12/2025					
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Mais de 3 anos
Fornecedores	95.928	95.928	95.928	-	-	-
Contas a pagar por aquisição de empresas	58.283	58.283	58.037	246	-	-
Empréstimos e debêntures	1.626.263	2.896.220	126.231	133.485	139.254	2.497.250
Instrumentos financeiros derivativos	9.325	-	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	79.134	79.134	32.944	17.301	17.250	11.639
	1.868.933	3.129.565	313.140	151.032	156.504	2.508.889
	Controladora					
	31/12/2024					
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Mais de 3 anos
Fornecedores	103.481	103.481	103.481	-	-	-
Contas a pagar por aquisição de empresas	85.188	95.482	37.511	57.725	246	-
Empréstimos e debêntures	1.346.742	2.094.102	175.119	266.111	244.061	1.408.811
Passivo de arrendamento	53.384	63.870	29.382	13.725	13.649	7.114
	1.588.795	2.356.935	345.493	337.561	257.956	1.415.925
	Consolidado					
	31/12/2025					
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Mais de 3 anos
Fornecedores	117.579	117.579	117.579	-	-	-
Contas a pagar por aquisição de empresas	249.193	271.595	255.588	16.007	-	-
Contas a pagar para partes relacionadas	115.561	120.622	26.123	29.467	65.032	-
Empréstimos e debêntures	1.626.263	2.896.220	126.231	133.485	139.254	2.497.250
Instrumentos financeiros derivativos	9.325	-	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	91.285	93.338	40.680	19.044	18.850	14.764
	2.209.206	3.499.354	566.201	198.003	223.136	2.512.014
	Consolidado					
	31/12/2024					
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Mais de 3 anos
Fornecedores	123.483	123.483	123.483	-	-	-
Contas a pagar por aquisição de empresas	309.689	357.229	187.980	153.798	15.451	-
Contas a pagar para partes relacionadas	110.735	138.768	22.715	25.677	28.395	61.981
Empréstimos e debêntures	1.347.339	2.095.002	176.019	266.111	244.061	1.408.811
Passivo de arrendamento	71.013	84.781	39.855	16.764	16.640	11.522
	1.962.259	2.799.263	550.052	462.350	304.547	1.482.314

do desempenho do segmento. A conclusão da Administração é de que a Companhia e suas controladas operam em um único segmento operacional, tendo em vista que: • Todas as decisões dos administradores e gestores são tomadas com base em informações consolidadas; • O objetivo da Companhia é de prover aos seus clientes, serviços de telecomunicação; e • Todas as decisões estratégicas, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas.

26. Informações suplementares ao fluxo de caixa

A seguir, apresentamos a reconciliação das atividades da controladora e consolidado dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Transações que não envolvem caixa				
Arrendamento	31.948	18.760	41.319	32.310

27. Eventos subsequentes

a) **Aumento de capital:** Em 02 de fevereiro de 2026, a Companhia aprovou o aumento de capital social, em decorrência do exercício de aquisição de ações de emissão da Companhia no âmbito do Plano, no valor de R\$ 182 (cento e oitenta e dois mil), mediante a emissão de 18.672 (dezoito mil, seiscentas e setenta e duas) novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. b) **Distribuição de dividendos:** Com base no balanço apurado em 30 de setembro de 2025, a Companhia aprovou, em 18 de dezembro de 2025, a distribui-

DIRETORIA

Denio Alves Lindo
Diretor Presidente

Bruno Silva Carvalho de Souza Leão
Diretor Financeiro, de M&A e Relação com Investidores.

Tiago José de Araújo - Contador - CRC 1R109067/O-5°ST/SP

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em cumprimento ao artigo 27 da Resolução CVM nº 80/22, os abaixo assinados, Diretores da Desktop S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Nova Odessa, Estado de São Paulo, na Avenida Ampélio Gazzeta, nº 1.421, Engenho Novo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 08.170.849/0001-15, com seu Estatuto Social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo–JUCESP sob o NIRE 35300565266 (“Companhia”) declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. Sumaré, 17 de março de 2026.

Denio Alves Lindo - Diretor Presidente
Bruno Silva Carvalho de Souza Leão - Diretor Financeiro, de M&A e Relação com Investidores

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em cumprimento ao artigo 27 da Resolução CVM nº 80/22, os abaixo assinados, Diretores da Desktop S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Nova Odessa, Estado de São Paulo, na Avenida Ampélio Gazzeta, nº 1.421, Engenho Novo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 08.170.849/0001-15, com seu Estatuto Social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo–JUCESP sob o NIRE 35300565266 (“Companhia”) declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. Sumaré, 17 de março de 2026.

Denio Alves Lindo - Diretor Presidente
Bruno Silva Carvalho de Souza Leão - Diretor Financeiro, de M&A e Relação com Investidores

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria

Relatório do Comitê de Auditoria

Informações iniciais : O Comitê de Auditoria da Desktop S.A. (“Desktop” ou “Companhia”) é órgão não estatutário de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Companhia. É composto por um conselheiro independente e mais dois membros, sendo um deles especialista com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação editada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). Os membros são nomeados a cada dois anos pelo Conselho de Administração, que leva em consideração os critérios constantes da legislação e da regulamentação aplicáveis as melhores práticas internacionais.

Atribuições e responsabilidades : A Administração da Desktop é a responsável pela definição e implementação de processos e procedimentos para a coleta de dados necessários ao preparo das demonstrações financeiras, com observância da legislação societária, das práticas contábeis adotadas no Brasil e dos normativos pertinentes da CVM. A Administração é, também, responsável pelos processos, políticas e procedimentos de controles internos que assegurem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e a eliminação ou a redução, a níveis adequados, dos fatores de risco da Companhia. O Comitê de Auditoria é o órgão não estatutário responsável pela supervisão da gestão de riscos da Companhia, sendo responsável por opinar sobre a contratação ou destituição dos auditores independentes da Companhia; avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras; acompanhar as atividades da auditoria interna da Companhia; avaliar e monitorar as exposições de Risco da Companhia; reportar periodicamente as suas atividades à administração ao Conselho de Administração; avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações com partes relacionadas, bem como possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação. O Comitê de Auditoria baseia seu julgamento e forma suas opiniões considerando as informações recebidas da administração e comitês da Companhia sobre sistemas de informação, demonstrações financeiras e controles internos, e os resultados dos trabalhos da Diretoria, do Comitê de Compliance, do Auditor Interno e dos Auditores Independentes. O Comitê de Compliance é o órgão não estatutário responsável por supervisão para a adoção das rotinas internas e iniciativas a fim de evitar, detectar e/ou remediar possíveis riscos envolvendo as atividades da Companhia. A Auditoria Interna é responsável por aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia, e o cumprimento das políticas e dos procedimentos definidos pela Administração, inclusive aqueles adotados na elaboração dos relatórios financeiros. A Auditoria Independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras com vistas a

emitir parecer sobre sua aderência às normas aplicáveis. Como resultado de seus trabalhos, a auditoria independente emite relatório de recomendações sobre procedimentos contábeis e controles internos, bem como outros relatórios, como os das revisões especiais trimestrais. As funções e responsabilidades do Comitê de Auditoria estão descritas em seu Regimento Interno, que contempla os deveres definidos na Resolução CVM 23/2021. A versão mais recente deste documento foi aprovada pelo Conselho de Administração em 22 de junho de 2021 e está disponível para consulta nos websites da Companhia (<https://www.ri.desktop.com.br/governanca-corporativa/estatuto-codigos-e-politicas/>), da CVM (<https://www.gov.br/cvm/>) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) (www.b3.com.br).

Atividades do Comitê de Auditoria: O Comitê de Auditoria reuniu-se em 07 de maio de 2025, 06 de agosto de 2025, 05 de novembro de 2025 e 17 de março de 2026, com os membros da diretoria, auditores independentes e outros interlocutores. As decisões do Comitê constituem recomendações a serem seguidas pelos órgãos da administração da Companhia, respeitadas as alçadas estabelecidas no Estatuto Social e/ou na Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”), e demais normas aplicáveis, sendo apresentadas à Administração da Companhia acompanhadas por fundamentação escrita que suporte suas recomendações e decisões.

Compliance, Controles Internos e Riscos Corporativos : O Comitê de Auditoria é de opinião que os procedimentos adotados para a manutenção da eficácia dos processos de controles internos e de gestão de riscos são adequados e aderentes à legislação em vigor.

Auditoria Independente : O Comitê de Auditoria reuniu-se com os Auditores Independentes (KPMG Auditores Independentes) para revisão especial das Informações Trimestrais (ITR) ao longo de 2025, assim como para exame e análise (i) das Demonstrações Financeiras da Companhia e do Relatório Anual da Administração, ambos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 (“Demonstrações Financeiras de 2025”), acompanhadas do respectivo Relatório dos Auditores Independentes, bem como (ii) da Proposta de Destinação do Resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 (“Proposta de Destinação do Resultado”), em 17 março de 2026, onde foram discutidas as principais conclusões dos auditores. Todos os temas considerados relevantes foram abordados com o intuito de se avaliar os riscos potenciais envolvendo as demonstrações financeiras e a mitigação de tais riscos mediante procedimentos de auditoria e controle e, após discussões, tomando por base as as informações e documentos disponibilizados, opinaram, por unanimidade, que referidos documentos estão adequados, se manifestaram de acordo com sua aprovação com as mencionadas informações contábeis. O Comitê procedeu à avaliação formal da Auditoria Independente com conclusão satisfatória, inclusive com relação a sua independência.

Conclusão : O Comitê de Auditoria julga que todos os temas relevantes que chegaram ao seu conhecimento, com base nos trabalhos efetuados e descritos neste relatório, estão adequadamente apresentados no Relatório da Administração.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas e administradores da Desktop S.A.

Nova Odessa – São Paulo

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Desktop S.A. (“Companhia”), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Desktop S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração da receita dos serviços prestados: Veja a Nota 3.n e 18 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: **Principal assunto de auditoria:** O reconhecimento da receita da Companhia e suas controladas envolve a mensuração das receitas de serviços de internet, televisão e telefonia fixa, entre outros e leva em conta dados obtidos principalmente por meio de parâmetros de sistemas informatizados, tais como os valores dos diferentes planos de serviços oferecidos, os dados do histórico do consumo para cada tipo de serviço prestado e o ciclo de faturamento estabelecido pela Companhia com os clientes. A receita de serviços é registrada para cada transação ou grupo similar de transações e eventual distorção nos referidos cálculos pode impactar de forma relevante as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas. Devido à complexidade dos dados usados na mensuração da receita para o elevado número de transações de serviços prestados e à relevância dos valores envolvidos, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: a) Avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados ao processo de registro da receita de serviços a faturar e faturado. b) Confronto, em base amostral, dos relatórios de faturamento com as respectivas faturas emitidas e tabelas de preços aprovadas ou evidências que suportam as tarifas sistêmicas para razoabilidade dos preços usados como base para reconhecimento da receita. c) Análise da base de dados da receita por tipo de serviço prestado com o objetivo de identificar transações não usuais registradas na receita. d) Teste, em base amostral, da precisão e existência dos dados utilizados no cálculo da receita incorrida, mas ainda não faturada. e) Análise das informações e valores dos serviços faturados no período subsequente, para cada tipo de serviço prestado e do ciclo de faturamento, com objetivo de verificar se são apropriados e se foram devidamente mensurados pela Companhia. As deficiências que chegaram ao nosso conhecimento no desenho dos controles internos relativos à mensuração da receita incorrida, mas ainda não faturada alteraram nossa avaliação quanto à natureza de nosso trabalho e ampliaram a extensão de nossos procedimentos substantivos inicialmente planejados para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada referente à mensuração da receita incorrida, mas ainda não faturada. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que a mensuração da receita é aceita no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado: As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de *IFRS Accounting Standards*, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09–Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsis-

tente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 17 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 25P-027612/O-4 F
Rodrigo Ferreira Silva
Contador CRC RJ-115537/O-9

